

Open source ainda afastado de muitos concursos públicos

Apesar da legislação que promove a maior abertura ao *software open source*, muitos concursos públicos continuam a privilegiar soluções proprietárias. As boas práticas existem mas são pouco divulgadas

Fátima Caçador | Casa dos Bits

«Enquanto a implementação de novas soluções pode ter um TCO mais reduzido (se a organização tiver recursos qualificados para este novo ambiente), a migração de soluções existentes para soluções *open source* tem um TCO consideravelmente mais alto, devido ao esforço de migração de ficheiros entre as duas plataformas», justifica.

PREÇO JA NÃO É A QUESTÃO CENTRAL

Embora a crise económica seja reconhecida como um fator que ajudou a potenciar a adoção de *software open source*, o custo já não é apontado como a principal vantagem do *open source*, até porque como se referiu em muitos casos já se provou que o custo total de propriedade (TCO) acaba por ser mais elevado.

«Apesar de o preço ser sempre uma condicionante num período de contenção, como o que temos vivido, não podemos introduzir um valor baixo para a aquisição de *software open source*, logo não sentimos uma significativa procura por esse motivo», afirma Nádia Guerreiro, diretora de Marketing e Comunicação da Javali.

«Felizmente já existem outros fatores que levam as empresas a apostar na adoção de *software open source* que não o preço mais baixo, nomeadamente o rápido desenvolvimento de novas funcionalidades, a minimização do tempo de resposta na introdução de conteúdos, a possibilidade de personalizar as soluções consoante as necessidades sem custos adicionais de licenciamento, a flexibilidade, entre outros», sublinha.

POR ONDE VAI O OPEN SOURCE?

A diversificação dos modelos de negócio e de licenciamento, a par do aumento da cobertura e maturidade das soluções *open source* são os caminhos de futuro apontados por Paulo Ribeiro, CEO da Linkare. À semelhança do que já está a acontecer, a adoção de soluções de *cloud* vai continuar a dar escala e elasticidade, ao *open source*, num movimento tipo bola de neve, como prevê Gustavo Homem, da Angulo Sólido.

Todos os *players* contactados pelo *Semana* apontam no sentido da massificação das soluções, que são adoptadas de forma transparente nas organizações de várias áreas e dimensões.

A par da mobilidade e da *cloud*, os ambientes de desenvolvimento serão cada vez mais suportados em *open source* e as áreas de aplicações de gestão não ficarão incólumes neste movimento. Mesmo em áreas como a de *business intelligence* (BI), onde não existiam soluções relevantes, a situação está a mudar e as empresas tendem a olhar para estas soluções à medida que precisam de opções de BI sobre *big data* e de *real time analytics*.

«O crescimento do *open source* é global; estão cada vez mais organizações a trabalhar com tecnologia *open source*. É também uma forma, mais justa, de criar valor dentro dos países», justifica António Bento, da Novell Portugal.

Um relatório divulgado na semana passada pela ESOP – Associação de Empresas de *Software Open Source* Portuguesas é peremptório a concluir que continuam a realizar-se em Portugal concursos públicos ilegais para aquisição de *software*.

Em 2013 a associação identificou 47 procedimentos considerados ilegais, num total de 363 concursos realizados, que envolvem uma despesa com aquisição de licenças de 8 milhões de euros.

Os dados revelam que há um número significativo destes concursos lançados por autarquias locais, onde há um longo caminho a percorrer no sentido de sensibilizar os decisores para a necessidade de fomentar a concorrência como forma de obter melhores produtos a um preço mais baixo.

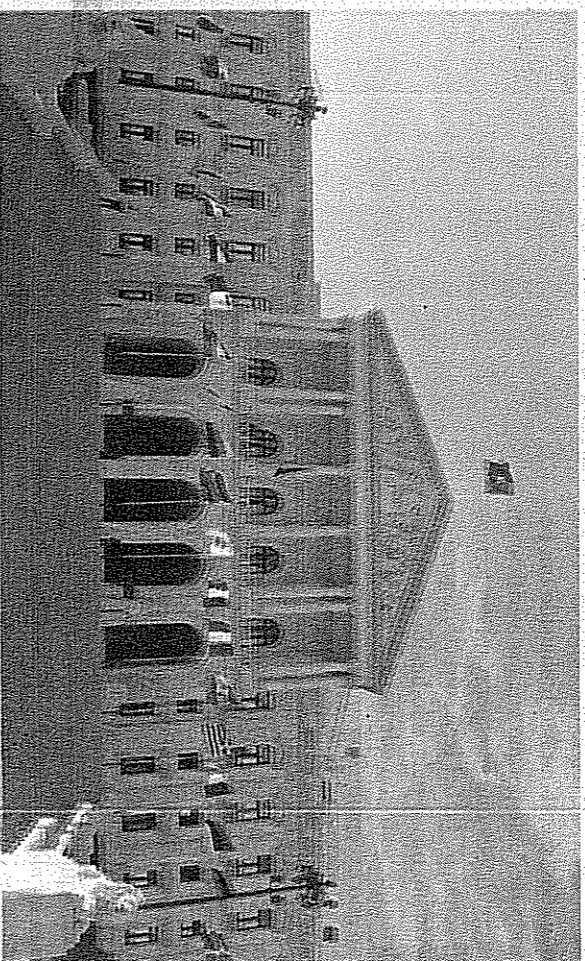
A associação está a ponderar avançar com queixas em tribunal, à semelhança do que fez com a Câmara Municipal de Almada, um processo que resultou num parecer positivo do Tribunal face à ilegalidade do concurso.

Tal como aconteceu neste caso, na maioria dos concursos agora considerados como ilegais há referências explícitas a marcas, modelos, versões ou *part numbers* de produtos de fabricantes de *software*. «Esta é uma prática ilegal, que se traduz num favorecimento explícito de determinados fornecedores, em prejuízo do bom funcionamento do mercado, desincentivando a concorrência e provocando um aumento da despesa pública», refere a ESOP, que alertou todas as entidades contratantes.

Mas o que falta para que a paridade nos concursos públicos entre *software* proprietário e *open source* seja mais alargada? Álvaro Pinto, presidente da ESOP, admite que o enquadramento legal actual de promoção de uso de *software* aberto é adequado mas reconhece que é necessária «maior articulação entre serviços responsáveis pelo controlo e coordenação das TIC e um esforço acrescido de sensibilização das entidades públicas para a existência de alternativas às soluções de *software* instaladas nos serviços».

Gustavo Homem, director técnico da Angulo Sólido, considera que continua a haver casos de gestão pouco cuidada, e ao que tudo indica ilegal, de dinheiro público. «Estamos a falar de concursos públicos fechados à concorrência. É triste, mas para resolver isso existem instâncias próprias», afirma.

O gestor lembra que à parte desta situação há outras falhas, como na falta de divulga-



ção do ponto de situação oficial do PGER TIC, o plano de racionalização das TIC no Estado, que tinha medidas ambiciosas de poupança de 500 milhões de euros anuais, com algumas medidas que promoviam a utilização de *software open source*, mas das quais não se conhecem desenvolvimentos. «Fica a ideia de que a execução está a ter pouco resultado», alerta.

«O estudo publicado pela ESOP apenas vem demonstrar que, sendo determinante, a legislação não basta», defende Paulo Ribeiro, CEO da Linkare. Para o gestor, é preciso mudar as práticas e para isso é necessário melhorar a governação de TI na Administração Pública, formar e sensibilizar responsáveis técnicos e políticos sobre as boas práticas que devem ser seguidas em matéria de contratação pública.

Entre os factores que contribuem para alguma inércia na execução das boas práticas nesta área, Artur Dias aponta a existência de soluções *legacy* que dependem de *software* proprietário, as limitações no investimento necessário para renovação de soluções *legacy*, tornando-as adaptadas, e a integração em ambientes com utilização de *open source*. «Além dos factores tecnológicos, não devemos negligenciar o efeito da resistência cultural, a resistência das pessoas que sentem dificuldade em sair da sua zona de conforto e controlo», aponta o IT Architect da IBM Portugal.

PARTILHA DE BOAS PRÁTICAS PRECISA-SE

Apesar destas falhas, a impressão geral dos *players* portugueses no domínio do *software open source* é de que se deram passos muito positivos na utilização destas soluções na Administração Pública central

e também local, particularmente nos últimos anos.

«Estaria na altura de se fazer também um relatório de boas práticas que permitisse focar as atenções em quem melhor compra e implementa em Portugal», defende Gustavo Homem, que admite que haveria matéria para este tipo de relatório e destaca o trabalho que tem sido feito pela ESOP e pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA) na divulgação e promoção de casos de sucesso.

O caso de migração de 120 postos de trabalho na Inspeção Geral das Actividades Culturais (IGAC) para tecnologia *open source*, o desenvolvimento da infraestrutura da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), que gere os processos de acreditação dos cursos de ensino superior, e a implementação de *desktop* Linux virtual na Assembleia da República ou de uma solução de VDI na agência Lisboa E-nova, participada pela Câmara Municipal de Lisboa, são alguns dos bons exemplos apontados. Paulo Ribeiro reconhece que nos últimos dois anos se deu uma evolução muito positiva, sobretudo na Administração central. «Alguns organismos estão a fazer uma análise séria de soluções *open source* e a adoptá-las em várias situações. No entanto, é necessário generalizar esta atitude em todos os organismos e decisores. Não podemos continuar a fazer de conta que essas soluções não existem e a fazer tudo como sempre foi feito», avisa.

A maior confiança nas soluções e o conhecimento que existe da diversidade e qualidade de *software open source* contribuem positivamente para este movimento, mas há ainda muito caminho a percorrer.